

E_COM10XV/2023/147

REJEITADO

Exma. Senhora Presidente da
Comissão de Trabalho, Segurança
Social e Inclusão

Deputada Isabel Meirelles

**ASSUNTO: Requerimento para Audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e
Segurança Social sobre a falta de apoio às famílias de acolhimento**

Exma. Sra. Presidente,

Segundo dados da Segurança Social publicados pelo “Jornal de Notícias”¹, existem atualmente cerca de 414 famílias de acolhimento de idosos e adultos com deficiência em Portugal, que acolhem 800 pessoas. Estas famílias de acolhimento, apesar do número pouco expressivo, desempenham atualmente um papel fundamental no nosso país, sendo de prever que a sua importância será crescente nos próximos anos, tendo em conta de que, segundo dados dos Censos’21, o envelhecimento demográfico continua a acentuar-se de forma expressiva, com 182 idosos por cada 100 jovens.

No entanto, estas famílias estão a passar por várias dificuldades que afetam o seu bem-estar e a sua capacidade para fornecer cuidados adequados aos idosos e adultos com deficiência que delas dependem.

A primeira dessas dificuldades tem haver com a insuficiência dos apoios financeiros. Neste âmbito é de frisar que: “Por cada idoso ou pessoa adulta com deficiência, neste momento, e desde 2009, as famílias recebem 225 euros destinados à prestação de serviços, valor que passa para o dobro, ou seja 450, se a pessoa for dependente. As famílias recebem ainda 222,27 euros para a manutenção de cada pessoa acolhida. Neste valor não estão incluídas as despesas com medicamentos, vestuários, calçado e higiene pessoal, as quais constituem encargos da pessoa em acolhimento ou da família.”².

¹ In: <https://www.jn.pt/nacional/familias-de-acolhimento-de-idosos-e-deficientes-sem-aumentos-ha-13-anos-15969107.html>; visto em 2023-06-12.

² In: <https://www.jornalnordeste.com/noticia/familias-acolher-idosos-e-pessoas-deficientes-estao-praticamente-pagar-para-trabalhar>; visto em 2023-06-07.

Além disso, este valor não é atualizado desde 2009, situação que condena muitas famílias de acolhimento a passarem por dificuldades económicas agravadas. A ilustrar esta situação, são comuns testemunhos idênticos ao que se transcreve de seguida, e que sustentam que: “As famílias de acolhimento de idosos e pessoas adultas com deficiência estão, praticamente, em vias de pagar para trabalhar porque o que lhes é pago pela Segurança Social não é atualizado desde 2009.”³.

Outra dificuldade sentida por estas famílias está ancorada na ausência de apoio emocional e psicológico. Cuidar de um ente querido idoso ou com deficiência, como é fácil de aferir, é uma tarefa emocionalmente exigente e desgastante. Não é, pois, de estranhar que muitas das queixas que nos têm sido reportadas por membros das famílias de acolhimento também se reportem ao facto de se sentirem isoladas e sobrecarregadas, por terem de lidar com situações de stress e pressão constantes, sem terem direito a férias ou descansos de fim de semana ou feriados.

Além disso, a falta de formação e capacitação adequada é outro problema que estas famílias identificam para o exercício das tarefas que lhes estão confiadas. Neste âmbito, o acesso a programas de formação e orientação para lidar com as situações do dia-a-dia que estas famílias enfrentam revestem-se da maior importância para a aquisição de conhecimentos essenciais para a prestação de cuidados mais eficazes e seguros.

Por último, a falta de reconhecimento e valorização social é uma preocupação comum partilhada por estas famílias. Apesar do trabalho árduo e do papel vital que desempenham na sociedade, estas famílias não recebem o reconhecimento merecido.

Neste âmbito, tendo em conta a importância da ação das famílias de acolhimento como meio alternativo à colocação de idosos em lares de terceira idade, assim como o papel que estas famílias desempenham como via alternativa ao cuidado de adultos deficientes, em face das dificuldades financeiras por que passam, quer pela falta de atualização dos apoios que lhes são devidos, quer pelo aumento do custo de vida provocado pela inflação, e tendo em conta as queixas que vão reiterando relativamente à falta de apoio da Segurança Social, é importante que a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social venha ao Parlamento para falar sobre estes problemas.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Chega, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem requerer a audição urgente da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

³ Idem.

Lisboa, 12 de junho de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Jorge Galveias